

JORNAL DA



ASSOCIAÇÃO DOS PROCURADORES DO ESTADO DE SÃO PAULO | N. 115 | JULHO – SETEMBRO 2025



Com cenário de risco para a
Advocacia Pública no Congresso Nacional,
APESP obtém importantes vitórias
para a carreira

As tentativas constantes para a destruição das carreiras de Estado precisam cessar: o serviço público é de todos!

As carreiras típicas de Estado, incluindo a categoria dos Procuradores dos Estados e do DF, desempenham um papel essencial para a sociedade brasileira. Em 2020, após a decretação da pandemia de COVID-19, essa importância se mostrou diariamente.

Ao contrário do que ocorre em alguns países desenvolvidos, onde não há serviços de saúde públicos, o SUS mostrou-se apto para atender à população de todas as faixas sociais, apesar do esgotamento inevitável pelo grande número de infectados.

A PGE-SP também teve uma atuação destacada nesse período ao viabilizar políticas públicas de saúde, educação, segurança alimentar, entre outras, que possibilitaram ao povo paulista mecanismos para o enfrentamento de uma crise sanitária sem precedentes.

Para alguns, o pior não é deixar de aprender; mas sim esquecer. Passados cinco anos, as mesmas carreiras que tanto contribuíram naquele cenário, têm sofrido uma constante onda de tentativa de destruição e retirada de direitos.

Em Brasília, a APESP, juntamente com outras entidades de classe, atua para reverter retrocessos ou não os deixar avançar em uma luta que é diária. Os ataques aparecem em vários flancos: alterações no regime previdenciário, reforma administrativa, mudanças no sistema remuneratório e de trabalho etc.

Mas, aqui em São Paulo, dentro da nossa Instituição, temos que trabalhar para conquistar e avançar. Para tanto, a PGE-SP conta com um grande reconhecimento junto ao Governo e à Assembleia Legislativa.

Apenas para ilustrar com exemplos recentes, podemos mencionar o sucesso do Programa Acordo Paulista, com resultados expressivos de arrecadação da dívida ativa, e a participação do GAERFIS/PGE-SP na operação "Carbono Oculto".

Todo esse reconhecimento precisa se materializar em conquistas institucionais. Nos últimos anos, a gestão do atual GPGE efetivou muitos pleitos, mas que foram reparações históricas acumuladas em razão da inação por parte da Procuradoria. Porém, há muito caminho a ser trilhado nesse sentido.

O compromisso da APESP é levar ao nosso comando institucional diversos pontos que a carreira tanto almeja: reconhecimento de tempo de serviço prestado por colegas em outros órgãos e unidades da Federação; melhorias na licença compensatória; criação de auxílio-alimentação para todos os colegas, ativos e aposentados; implementação de auxílio-creche e auxílio-educação; e o início de uma discussão institucional sobre a necessidade de alteração de nossa Lei Orgânica, de modo a garantir o fortalecimento pleno de nossas prerrogativas constitucionais.

O Gabinete pode ter a certeza de que a Associação está disposta a negociar com seriedade e espírito colaborativo cada um desses tópicos. Mas também manterá uma cobrança firme e eficaz, em nome de uma carreira mais forte, respeitada e valorizada.

José Luiz Souza de Moraes

PRESIDENTE DA APESP



ASSOCIAÇÃO DOS PROCURADORES
DO ESTADO DE SÃO PAULO

DIRETORIA GESTÃO 2024 | 2025

PRESIDENTE

José Luiz Souza de Moraes

VICE-PRESIDENTE

Vera Wolff Bava

SECRETÁRIA GERAL

Isabelle Maria Verza

DIRETOR FINANCEIRO

Fabrizio de Lima Pieroni

DIRETORA SOCIAL E CULTURAL

Tatiana Gaiotto Madureira

DIRETOR DE PREVIDÊNCIA E CONVÊNIOS

Julio Rogerio Almeida de Souza

DIRETORA DE ESPORTES E PATRIMÔNIO

Ana Paula Ferreira dos Santos

DIRETORA DE COMUNICAÇÃO

Ilanna Sofia Santos Soeiro Silva

DIRETOR DE ASSUNTOS LEGISLATIVOS
E INSTITUCIONAIS

Alexandre Ferrari Vidotti

DIRETOR DO INTERIOR E DEMAIS
UNIDADES FORA DA CAPITAL

Carlos Roberto Marques Junior

DIRETOR DE PRERROGATIVAS

Conrado Luiz Ribeiro Silva Barros

CONSELHO ASSESSOR

Amilcar Aquino Navarro

Carlos José Teixeira de Toledo

Cintia Oréfice

Evelyn Moraes de Oliveira

Francisco Carlos Moreira dos Santos

Yara de Campos Escudero Paiva

CONSELHO FISCAL

Paulo David Cordioli

Rafael de Oliveira Rodrigues

Vanderlei Ferreira de Lima

PRODUÇÃO

DIRETORIA DE COMUNICAÇÃO

Ilanna Sofia Santos Soeiro Silva

EDIÇÃO E REDAÇÃO DE TEXTOS

Cristiano Tsonis

(jornalista responsável – MTB 30.748)

C Tsonis Produção Editorial

FOTOS

Ricardo Lucas,

Acervos APESP e ANAPE

DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. ACESSO A VERSÃO ONLINE
DO JORNAL DA APESP NO SITE WWW.APESP.ORG.BR

FECHAMENTO DESTA EDIÇÃO EM 30/09/2025

APESP homenageia Procuradores recém aposentados e a ilustre associada, Maria Sylvia Zanella Di Pietro

A Associação dos Procuradores do Estado de São Paulo homenageou, em 2 de setembro, em um almoço oferecido no Espaço APESP, os Procuradores e Procuradoras recém aposentados na PGE-SP e também a Professora Maria Sylvia Zanella Di Pietro.

"Esse evento é um tributo à memória viva da nossa PGE e da Advocacia Pública brasileira. É a oportunidade de olharmos para trás e reconhecermos aqueles que, com dedicação, firmeza e visão, edificaram as bases da Instituição que hoje temos. Com isso, quero homenagear a todos os aposentados aqui presentes e, de modo especial, àqueles que concluíram sua trajetória na nossa Procuradoria no último ano", destacou o Presidente da APESP, José Luiz Souza de Moraes.

"Saibamos todos que o presente que vivemos é fruto da dedicação de ontem; e o futuro que construiremos só será sólido porque foi edificado sobre o trabalho, a coragem e a integridade de todos aqueles que vieram antes. Hoje, celebramos não apenas carreiras individuais, mas uma verdadeira coletividade de homens e mulheres que transformaram a Advocacia Pública em um pilar fundamental da democracia e da justiça social em São Paulo e no Brasil. Nosso agradecimento a todos os aposentados pelo imenso legado que construíram para a Procuradoria Geral do Estado de São Paulo e para a nossa APESP", completou Moraes.

Abaixo, da esq. para a dir.: as homenageadas e os homenageados Carla Handel Mistrorigo, Cláudia Polto Cunha, Fernando Wagner Fernandes Marinho, Geraldo Horikawa, Liege Peixoto, Luciano Pupo de Paula, Marcelo Gaspar e Monica Tonetto Fernandez.



Presidente da APESP com os colegas recém aposentados homenageados.

Os colegas homenageados foram:

- CARLA HANDEL MISTRORIGO
- CLÁUDIA POLTO CUNHA
- ELIANA DE FATIMA UNZER (não pôde comparecer)
- FERNANDO WAGNER FERNANDES MARINHO
- GERALDO HORIKAWA
- GUILHERME DARIO RUSSO KOHNEN (não pôde comparecer)
- LIEGE PEIXOTO
- LUCIANO PUPO DE PAULA
- MARCELO GASPAR
- MONICA TONETTO FERNANDEZ
- SANDRA YURI NANBA (não pôde comparecer)
- WALDIR FRANCISCO HONORATO JUNIOR (não pôde comparecer)



Tributo especial

O evento homenageou também a associada da APESP, Procuradora do Estado Aposentada, Mestre, Doutora, Livre-docente e Professora Titular pela Faculdade de Direito da USP e Membro da Academia Brasileira de Letras Jurídicas, Maria Sylvia Zanella Di Pietro, que recebeu a comenda “Jubileu de Diamante”, em comemoração aos 75 anos da Associação.

Em seu discurso, o Presidente da APESP fez um breve resumo da trajetória da Professora na vida acadêmica e na Advocacia Pública. Na PGE-SP, Zanella Di Pietro foi classificada, entre outros lugares, na Procuradoria Administrativa, onde atuou sempre com coragem e espírito público, sendo não apenas Advogada do Estado, mas defensora incansável do interesse público e do fortalecimento Institucional. Também passou pela ATL e a AJG, sempre com a mesma excelência e rigor técnico.



Diretoria da APESP homenageia a Professora Maria Sylvia Zanella Di Pietro.

Sua trajetória acadêmica é igualmente brilhante. Graduada, mestre, doutora e livre-docente pela Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, no Largo São Francisco, tornou-se professora titular da cadeira de Direito do Estado desde 1992, sendo um dos nomes mais respeitados do país na área do Direito Administrativo.

Entre seus marcos, estão a participação na Comissão de Juristas que elaborou a Lei de Licitações (Lei 8.666/1993). Suas obras incluem o clássico “Direito Administrativo”, hoje com mais de 30 edições, além de títulos fundamentais sobre parcerias público-privadas, concessões, intervenção do Estado na propriedade e tantos outros que são leitura obrigatória não só no Brasil, mas também referência internacional.

Emocionada, a Professora Maria Sylvia agradeceu a homenagem dos colegas presentes e da APESP.

“Esse momento é muito importante para mim. Eu entrei na Procuradoria em 1970 e me aposentei em 1994. Portanto, já há 30 anos. (...) Eu diria que a Procuradoria foi para mim um grande aprendizado. Quando eu me formei na Faculdade, em 1966, as portas da Magistratura e do Ministério Público estavam fechadas para as mulheres. Não porque nós não pudéssemos nos inscrever, mas por não nos deixarem passar no concurso na época”, contou a Professora.

“Eu tive um Professor de processo Civil, Thomaz Pará Filho, e que depois foi meu chefe também na Procuradoria Administrativa por um curto período. Foi ele quem nos aconselhou a



Professora Maria Sylvia Zanella Di Pietro recebe das mãos do Presidente da APESP a comenda “Jubileu de Diamante”.

prestar concursos para a Procuradoria do Estado. Eu diria que quase que não havia outra opção. Ainda não havia Advocacia da União como carreira institucionalizada. Então, fui para a Procuradoria do Estado e foi o melhor conselho que poderia ter recebido”, continuou a Dra. Maria Sylvia.

“Foi realmente um aprendizado. Eu fui Procuradora muito antes de ser Professora. Eu só comecei a dar aula em 1988, portanto, quase 20 anos depois. E o Direito Administrativo que eu ensinei foi um direito vivo; porque eu realmente o vivia no dia a dia (da PGE). Eu sou muito grata à Procuradoria, ao José Luiz pela medalha e a todos os colegas aqui presentes. Eu vou



Colegas presentes aplaudem os homenageados no almoço oferecido pela APESP.



receber essa medalha com muita emoção, como vocês estão percebendo”, finalizou.

“Essa homenagem simboliza a admiração, o carinho e o profundo respeito que nutrimos pela sua trajetória. O Jubileu de Diamante é reservado àqueles que não apenas exerceram o Direito, mas que ajudaram a transformá-lo em instrumento de justiça social. E ninguém representa isso melhor do que a senhora”, ressaltou Moraes.

“Em nome da APESP, de todos os colegas procuradores do Estado, ativos e aposentados, e de toda a comunidade jurídica, eu digo: muito obrigado, Professora Maria Sylvia. Muito obri-

gado por ter dedicado sua vida à Advocacia Pública, ao Direito Administrativo, à academia e, sobretudo, à construção de um Brasil mais justo”, concluiu o Presidente.

Além de Moraes, representaram a Diretoria da APESP, a Vice-Presidente, Vera Wolff Bava; a Secretária Geral, Isabelle Maria Verza; o Diretor Financeiro, Fabrizio de Lima Pieroni; o Diretor de Previdência e Convênios, Julio Rogério Almeida de Souza; a Diretora de Esportes e Patrimônio, Ana Paula Ferreira dos Santos; a Conselheira Assessora, Yara de Campos Escudero Paiva; e a representante dos associados aposentados, Sandra Artioli.

MÍDIA

JOTA publica artigo do Presidente da APESP sobre as homenagens aos Procuradores aposentados na PGE-SP e o legado para as novas gerações

O Portal jurídico JOTA publicou, em 8 de setembro, um artigo do Presidente da APESP, José Luiz Souza de Moraes, que trata das homenagens aos Procuradores do Estado aposentados e o seu legado para as novas gerações que assumem a missão de representar o Estado. Leia a íntegra:

Entre legado e renovação: o papel das gerações na PGE-SP

A carreira de Procurador do Estado é marcada por algo que vai além da defesa do interesse público: ela carrega uma dimensão de continuidade. Cada geração que passa pela Procuradoria-Geral do Estado de São Paulo (PGE-SP) contribui para construir uma história coletiva, transmitindo conhecimento, valores e experiências para os que chegam.

É nesse espírito que, todos os anos, a Associação dos Procuradores do Estado de São Paulo (Apep) presta homenagem aos procuradores que encerram sua trajetória ativa na instituição. A aposentadoria, embora represente o fim de um ciclo profissional, não significa a perda de vínculo. Ao contrário: ela simboliza o legado que permanece e inspira as novas gerações que assumem a missão de representar o Estado.

Neste ano, essa tradição ganha ainda mais densidade com a homenagem à jurista Maria Sylvia Zanella Di Pietro, uma das maiores referências do Direito Administrativo no Brasil. Procuradora aposentada da PGE-SP, professora titular da Faculdade de Direito da USP e membro da Academia Brasileira de Letras Jurídicas, sua trajetória mostra como a advocacia pública pode ser um alicerce para reflexões acadêmicas e para a formação de novas gerações de juristas.

Esse movimento de reconhecimento não é novo. Em 2024, a Apep também conferiu a Comenda Jubileu de Diamante ao ex-presidente da República Michel Temer, que antes de sua vida política construiu uma carreira brilhante como Procurador-Geral do Estado. Dois exemplos, em momentos diferentes, que revelam a força da PGE-SP como espaço de formação de profissionais que seguem influenciando a vida pública do país em diversas esferas.



Entre legado e renovação: o papel das gerações na PGE-SP

Uma carreira que se renova sem perder a memória, que aprende com o passado e que se projeta para o futuro



JOSÉ LUIZ SOUZA DE MORAES

Presidente da Associação dos Procuradores do Estado de São Paulo (Apep). Procurador do Estado de São Paulo. Doutor e mestre em Direito Internacional pela USP

Enquanto celebramos essas trajetórias, a PGE-SP também se renova. Neste ano, vimos a maior posse de novos procuradores de sua história, com 200 ingressos — um marco que traz não apenas mais fôlego ao trabalho institucional, mas também mais diversidade: 75 dos novos colegas são pessoas pretas, pardas e indígenas. Esse é um passo importante para aproximar ainda mais a instituição da sociedade que representa.

Entre o legado dos que se despedem e a energia dos que chegam, a Procuradoria reafirma sua essência: uma carreira que se renova sem perder a memória, que aprende com o passado e que se projeta para o futuro. É nesse encontro de gerações que reside a força da advocacia pública paulista, um patrimônio jurídico que segue a serviço da Justiça e da democracia.

José Luiz Souza de Moraes - Presidente da Associação dos Procuradores do Estado de São Paulo (Apep). Procurador do Estado de São Paulo. Doutor e mestre em Direito Internacional pela USP

DIREITOS

APESP mantém audiência com a Procuradora Geral para tratar da ação da VH e dos pleitos dos colegas aposentados

As Diretorias da APESP e do SINDIPROESP reuniram-se, em 18 de agosto, com a Procuradora Geral, Inês Coimbra, para tratar do cumprimento de sentença da obrigação de fazer relativo à ação do Fundo da Verba Honorária da PGE-SP. O encontro foi também a oportunidade para tratar de diversos outros pleitos dos associados aposentados. “Pudemos expor à Dra. Inês algumas das sugestões elaboradas pelo grupo de trabalho com colegas aposentados, que foi formado para refletir e propor soluções efetivas para os desafios que atingem esse segmento da carreira”, destaca o Presidente da APESP, José Luiz Souza de Moraes.

Além de Moraes, representaram a Associação a Vice-presidente Vera Wolff Bava, a Secretária Geral Isabelle Maria Verza, o Diretor Financeiro Fabrizio Pieroni e a representante dos asso-



ciados aposentados da APESP, Sandra Artioli. Pelo Sindicato, estiveram presentes a Presidente Anna Cândida Alves Pinto Serrano, a 2ª Vice-presidente Márcia Semer, o Secretário Geral José Nuzzi Neto e a Tesoureira Geral Ana Cristina Leite Arruda. O GPGE esteve representado ainda pelo Procurador Geral Adjunto Caio Guzzardi e pelo Subprocurador do Contencioso Geral Bruno Megna. Também participaram os colegas aposentados Marcia Machado, Marcos Nunes, Maria Christina Tibiriçá Bahbouth e Vera Lúcia Gonçalves Barbosa.

AVANÇOS

APESP reúne-se com o jurista Márcio Cammarosano para solicitar estudos a respeito de pleitos dos associados aposentados

A Diretoria da APESP esteve, em 16 de setembro, no escritório do Professor Márcio Cammarosano para solicitar estudos relativos a avanços e melhorias elaborados pelo grupo de trabalho com colegas aposentados, que foi criado pela Associação. Entre os temas tratados, esteve a possibilidade de pagamento administrativo e retroativo dos ATS.

“A orientação e o balizamento desse importante jurista para esse justo pleito serão essenciais para levarmos uma proposta mais concreta ao comando da PGE-SP”, frisa o Presidente da APESP, José Luiz Souza de Moraes.

Cammarosano tem uma atuação no Direito e na vida acadêmica com ênfase em Direito Administrativo, notadamente nos temas da improbidade administrativa, do controle da administração pública, do regime jurídico e do princípio da proporcionalidade.

Participaram da reunião, além de Moraes e o Professor Cammarosano; a Vice-presidente da APESP, Vera Wolff Bava; a Secretária Geral da APESP, Isabelle Verza; a representante dos

associados aposentados da APESP, Sandra Artioli; e os colegas aposentados Marcos Nunes, Vera Lúcia Gonçalves Barbosa, Geraldo Alves Carvalho, Maria Luisa de Oliveira Grieco e Iara Fernandes Vasconcellos.



CENTENÁRIO

100 anos: viva o Procurador Geraldo de Campos Pacheco

No último dia 13 de setembro, o Procurador do Estado de São Paulo, Geraldo de Campos Pacheco, completou 100 anos de vida – grande parte deles dedicados à causa da Advocacia Pública paulista e brasileira.

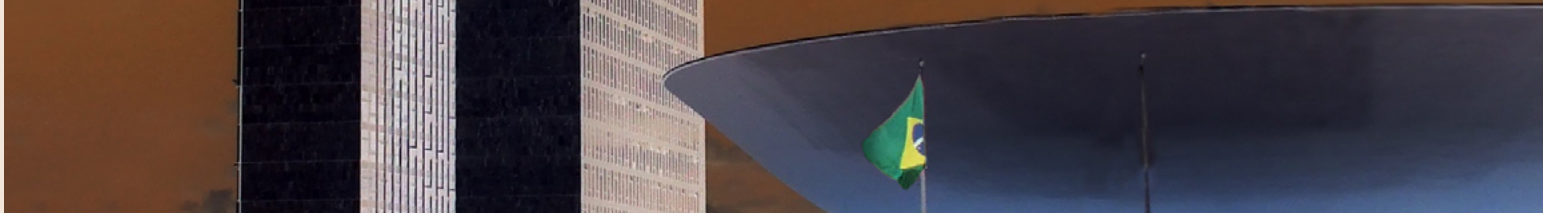
Logo após ingressar na carreira, foi classificado na Assessoria Jurídica do Governo, trabalhando por vários anos em gestões de diversos Governadores do Estado de São Paulo, local no qual permaneceu até a sua aposentadoria.

O Dr. Geraldo comemorou os seus 100 anos em uma festa com muitos amigos e contemporâneos da AJG. Na oportunidade, foi homenageado com uma placa de prata concedida pela APESP, tendo ficado muito feliz e emocionado.



Dr. Geraldo com amigos e contemporâneos da AJG.





LEGISLATIVO

Com cenário de risco para a Advocacia Pública no Congresso Nacional, APESP obtém importantes vitórias para a carreira

A despeito das conquistas em questões como o regime de previdência (PEC 66) e na retomada da contagem de tempo de serviço durante a pandemia (PLP 143), desafios continuam na regulamentação da Reforma Tributária e na Reforma Administrativa

Nos corredores e gabinetes da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, por ocasião dos contatos com os parlamentares e assessores técnicos, um conceito é unânime: a Advocacia Pública é uma carreira essencial à Justiça, com uma importância fundamental para a sociedade brasileira e a administração pública.

É consenso na seara legislativa a relevância das Procuradorias Gerais dos Estados e do Distrito Federal na defesa do Estado em juízo e na implantação de políticas públicas; na arrecadação da dívida ativa e no combate à sonegação fiscal e à corrupção; e no assessoramento e consultoria dos agentes públicos.

"O nosso trabalho diuturno no Congresso Nacional sedimentou essa perspectiva sobre a Advocacia Pública Nacional, notadamente sobre as Procuradorias Estaduais. De forma suprapartidária, nossos pleitos não são recebidos como corporativos, mas sim como avanços que se reverterão para o bem da nossa população", avalia o Presidente da APESP, José Luiz Souza de Moraes.

Porém, não raramente, em razão de interesses diversos, propostas que têm em seu escopo – quando não em sua íntegra, mas em dispositivos conhecidos como "jabutis" – apresentam riscos graves para o futuro da Instituição, supressão de direitos e retirada de prerrogativas.

"Esse é o motivo para estarmos semanalmente nas casas legislativas de todas as esferas, de forma vigilante e atenta, para que retrocessos não nos sejam impostos. Lutamos, e continuaremos lutando, por uma carreira e uma PGE-SP cada vez mais fortes", completa Moraes.

A coesa cooperação com a ANAPE tem sido fundamental para todo esse trabalho. Segundo o Diretor Financeiro da APESP e Legislativo da entidade nacional, Fabrizio Pieroni, "a representatividade e a capilaridade da ANAPE permitem o contato com parlamentares de todos os Estados e também a participação da entidade em audiências públicas em comissões temáticas e em plenário", destaca.

VITÓRIAS

Câmara restabelece contagem de tempo de serviço dos servidores durante a pandemia

Projeto aprovado corrige injustiça contra uma categoria essencial no enfrentamento da principal emergência sanitária do século

A Câmara dos Deputados aprovou, em 26 de agosto, o Projeto de Lei Complementar (PLP) 143/2020, de autoria da ex-Deputada Federal e atual Senadora Professora Dorinha Seabra Rezende (União-TO). O projeto alterou a Lei Complementar nº 173/2020, com a finalidade de restabelecer o cômputo do tempo de contribuição de todos os servidores públicos que foi suspenso durante o período da pandemia de Covid-19.

Os entes federativos e municipais também poderão propor leis para regulamentar o pagamento retroativo de benefícios e demais vantagens relacionadas ao tempo de serviço adquiridos nesse período. A proposta ainda será apreciada no Senado Federal.

Essa grande vitória para os Procuradores e Procuradoras do Estado de SP contou com uma atuação firme da APESP em todas as instâncias: Judiciário, Legislativos federal e estadual e no Executivo (confira retrospectiva na página 8).

"Trata-se da correção de uma injustiça cometida contra 700 mil servidores públicos paulistas, em especial com os Advogados Públicos. Ainda teremos muito trabalho no Senado, mas no processo legislativo todos os avanços devem ser muito comemorados", frisa o Presidente José Luiz Souza de Moraes.

"O trabalho dos Procuradores e Procuradoras de São Paulo cresceu exponencialmente durante a pandemia. Nós garantimos



Da esq. para a dir: com a Deputada Luciene Cavalcante, principal articuladora pela aprovação do PLP 143; Deputado Alencar Santana, relator da proposta na CCJ da Câmara; e o Deputado Rui Falcão, então Presidente da CCJ. Por último, a sessão que aprovou o PLP 143.



todas as políticas públicas necessárias para o seu enfrentamento nas áreas da saúde, educação, segurança e assistência social, sendo decisivos para que a vacinação contra a doença chegasse em todo o país”, complementa Moraes.

O Diretor Fabrizio Pieroni aponta que a Associação atuou na tramitação de todas as propostas com tal objetivo no Congresso Nacional e na Assembleia Legislativa.

“Trabalhamos, desde o início, em várias propostas que objetivavam revogar uma medida injusta com a nossa carreira e que feria o pacto federativo no Brasil. Apostamos em concentrar esforços no PLP 143, que apensou todas as demais iniciativas, após a sua aprovação na Comissão de Finanças e Tributação e na CCJ”, registra Pieroni.

Conheça o passo a passo da atuação da APESP na esfera judicial e administrativa

- ▶ Após a entrada em vigência da LC 173/2020, a APESP apresentou ao GPGE, em 1º/6/2020, um requerimento administrativo (veja o documento na íntegra em <https://bit.ly/3gJoFFA>) apontando para as inconstitucionalidades e a necessidade de que fosse dada interpretação adequada para a norma, em especial no que tange à não contagem de tempo de serviço.
- ▶ A pedido da APESP, foi ajuizada pela ANAPE a ADI n. 6526 contra dispositivos da LC 173/2020, que foi distribuída em 20/8/2020 ao Ministro Alexandre de Moraes. O resultado foi pelo não provimento da ação.
- ▶ Desde o início da vigência da lei, a APESP manteve contatos com escritórios de advocacia especializados, com outras entidades de servidores e monitorou as ações que já haviam sido ajuizadas para poder subsidiar ações individuais de associados.
- ▶ A APESP impetrou um Mandado de Segurança Coletivo contra a PGE-SP para determinar que o tempo de serviço prestado no período entre 28/05/2020 e 31/12/2021 fosse contado para fins de licença prêmio, quinquênios e sexta parte.

Destaques da atuação Legislativa da APESP na questão

- ▶ Em 1º/8/2023, os dirigentes da APESP mantiveram encontro com a Deputada Professora Luciene Cavalcante (PSOL-SP), autora do PLP 21/2023, que tinha o mesmo objetivo de retomar a contagem do tempo de serviço para os servidores. A parlamentar tornou-se a principal articuladora para que a medida avançasse e fosse aprovada.
- ▶ Em 2/8/2023, a APESP manteve encontro com o Deputado Jilmar Tatto (PT-SP), autor do PLC 162/2023, que também visava alterar a LC nº 173/2020.
- ▶ Assim que o PLP 143/2020 foi aprovado na Comissão de Finanças e Tributação, a APESP manteve reuniões com o então Presidente da CCJ, Deputado Rui Falcão (PT-SP), em 17/11/2023, e com o relator da matéria na Comissão, Deputado Alencar Santana (PT-SP), em 6/12/2023.
- ▶ No último dia 9 de julho, o Presidente da APESP esteve em Brasília para atuar de forma suprapartidária, entre outras propostas, no PLP 143/2020, mantendo reuniões com os Deputados Alencar Santana, Celso Russomanno; Guilherme Boulos; Rodrigo Gambale; Paulo Alexandre Barbosa; Ely Santos; Tabata Amaral; Miguel Lombardi; Simone Marquette; Victor Lippi; Baleia Rossi; Luiz Philippe de Orleans e Bragança; Erika Hilton; Maria Rosas; Nilton Tatto; Jilmar Tatto; Marcos Pereira; David Soares; Paulinho da Força; Carlos Sampaio; Alex Manente; Bruno Ganem; João Cury e Fábio Teruel.
- ▶ Em 14 de julho, a Secretária Geral da APESP, Isabelle Maria Verza, participou de uma Audiência Pública com a Deputada Federal Professora Luciene Cavalcante (PSOL/SP), na Câmara de Vereadores de São Paulo, com o objetivo de tratar, entre outras questões, da iminente votação do PLP 143/2020.

PEC 66: risco aos regimes previdenciários dos Estados foi revertido na Câmara dos Deputados e no Senado Federal

Em 10 de setembro, foi promulgada a PEC 66/2023, de autoria do Senador Jader Barbalho (MDB/PA), sem a inclusão do “jabuti” (artigo 40-A), que visava impor aos Estados e Municípios a obrigação de reformar seus regimes previdenciários para adequá-los às regras da União, quebrando de forma muito clara o Pacto Federativo brasileiro.

Desde a aprovação da 1ª fase da PEC 66 no Senado Federal, em agosto de 2024, sem o devido debate com a sociedade e os servidores públicos, e com a presença do referido dispositivo, a APESP e a ANAPE começaram a trabalhar intensamente para reverter tal retrocesso.

A primeira grande movimentação e toda a argumentação sobre a quebra do Pacto Federativo e a necessidade de supressão do artigo 40-A, foi defendida no artigo “PEC 66 ameaça autonomia dos Estados e municípios”, de autoria de Fabrizio Pieroni, publicado na edição de 8 de outubro de 2024, do Jornal Valor Econômico. Acesse a íntegra em <https://bit.ly/44n68tL>.

Em 8 de julho, com a presença das Diretorias da APESP e da ANAPE, na Comissão Especial sobre Limite Precatório e Débitos Previdenciários, o relator da PEC 66/2023, Deputado Baleia Rossi (MDB-SP), apresentou o seu relatório, retirando o artigo 40-A.

O Diretor Fabrizio Pieroni havia defendido tal posicionamento durante a audiência pública na referida Comissão Especial, que foi realizada em 17 de junho. Ademais, na mesma reunião, Pieroni propôs a alteração na redação do § 1º do art. 100, que versa sobre a definição dos créditos de natureza alimentícia no regime de precatórios, assegurando tratamento prioritário a todos os débitos decorrentes de relações laborais ou previdenciárias, independentemente da natureza tributária atribuída às verbas envolvidas. A sugestão também foi acolhida em sua íntegra pelo relator Baleia Rossi.

O trabalho dos dirigentes das entidades surtiu efeito. A PEC 66, sem o artigo 40-A, foi aprovada na Câmara dos Deputados, em 15 de julho, e no Senado Federal, em 2 de setembro.

“O trabalho de convencimento junto aos parlamentares de que o artigo 40-A feriria o Pacto Federativo foi muito bem-sucedido. Conseguimos vitórias na CCJ, na Comissão Especial e no Plenário da Câmara e também no retorno da matéria ao Senado Federal”, ressalta o Presidente José Luiz Souza de Moraes.

RETROSPECTIVA

Com mobilização e estratégia, Procuradores de todo o país uniram-se no Congresso Nacional pela autonomia da Advocacia Pública

Após o ato, o Presidente da Câmara, Hugo Motta, determinou o despacho para a Comissão de Constituição e Justiça da PEC 17/2024

Em um novo dia histórico, o “7 de maio”, centenas de Advogados Públicos federais, estaduais e municipais lotaram os corredores, gabinetes e salas de comissões da Câmara dos Deputados e do Senado Federal para defender a causa da autonomia administrativa, técnica e orçamentária para a Advocacia Pública Nacional.



De cima para baixo: dirigentes da APESP e da ANAPE no plenário por ocasião da votação da PEC 66; Diretor Fabrizio Pieroni na audiência pública sobre a PEC 66; Presidente da APESP, José Luiz de Moraes, com o relator da matéria, Deputado Baleia Rossi (PMDB-SP), e com a Deputada Sâmia Bomfim (PSOL-SP).

A mobilização e a estratégia foram pelo convencimento dos parlamentares da importância da aprovação da PEC 17/2024, que prevê tal prerrogativa (acesse o inteiro teor em <https://bit.ly/4amfy8t>). “Novamente, mostramos que juntos somos mais fortes. Como ocorreu no ano passado, levamos aos parlamentares a importância de municiar a Advocacia Pública com a sua

autonomia, proporcionando melhores condições para o nosso trabalho em prol da sociedade”, afirma o Presidente José Luiz Souza de Moraes.

A 2ª edição desse ato teve como mote “Advocacia Pública e Constituição: um projeto inacabado” e foi organizado conjuntamente por ANAPE, ANAFE, ANPM e Forvm Nacional da Advocacia Pública Federal.

Delegação paulista na mobilização

A delegação paulista, formada por 18 Procuradores e Procuradoras, com apoio da APESP, marcou presença durante todo o dia na mobilização. Com uma atuação suprapartidária, os colegas de São Paulo reuniram-se com parlamentares de todo o país.

Vitória: após ato em defesa da autonomia, Presidente da Câmara envia PEC 17/2024 para a CCJ

Na sessão deliberativa de 7 de maio, o Presidente da Câmara dos Deputados, Hugo Motta (REPUBLICANOS-PB) determinou o despacho para a Comissão de Constituição e Justiça da PEC 17/2024, de autoria do Deputado Carlos Sampaio (PSD-SP), que visa conferir autonomia administrativa, técnica e orçamentária às PGEs e à AGU.

A decisão foi resultado do movimento que mobilizou centenas de Advogados Públicos federais, estaduais e municipais no Congresso Nacional para defender a causa da autonomia orçamentária para a Advocacia Pública Nacional. Em plenário, o Deputado Vicentinho Jr. (PP/TO) solicitou o envio da proposta para a CCJ à Motta, que acolheu o pedido.

“Foi sem dúvida uma grande vitória. Cada passo e avanço conquistados no processo legislativo devem ser muito comemorados. O envio da PEC à CCJ nos dará a chance de intensificar ainda mais a nossa mobilização e expor nossos argumentos em prol da proposta”, comemora o Diretor Fabrizio Pieroni.

DESAFIOS

Nos próximos meses, luta será para manter prerrogativas da carreira nas Reformas Administrativa e Tributária e a aprovação da PEC 6/2024 – a chamada PEC Social

A atuação da APESP em Brasília nos próximos meses será vital para evitar retrocessos aos direitos do Procuradores e Procuradoras do Estado de SP na Reforma Administrativa (Câmara dos Deputados) e supressões de prerrogativas inerente à atuação da carreira na regulamentação da Reforma Tributária (Senado Federal).

Com participação efetiva da APESP e da ANAPE, Câmara promove Comissão Geral sobre a Reforma Administrativa

A APESP e a ANAPE participaram, em 3 de setembro, da Comissão Geral para debater a proposta de Reforma Administrativa, que foi realizada no Plenário da Câmara dos Deputados. O encontro foi solicitado por meio de um requerimento dos

MOMENTOS-CHAVE



Da esq. para a dir.: Delegação paulista no ato pela autonomia em dois momentos; Procuradores com o líder do Governo, José Guimarães (PT-CE), e com o ex-Presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL).

líderes partidários com o objetivo de iniciar a discussão com as entidades de servidores públicos, especialistas no tema e a sociedade civil.

“A nossa participação na reunião dessa Comissão Geral foi muito importante, pois pudemos defender junto aos parlamentares os direitos essenciais à Advocacia Pública, em especial o recebimento de honorários advocatícios pelos Advogados Públicos – um modelo remuneratório que está sedimentado há anos em nosso país e que não onera os cofres públicos”, diz o Diretor Fabrizio Pieroni.

Mesmo sem a apresentação do texto final, o coordenador do Grupo de Trabalho, Deputado Pedro Paulo (PSD-RJ), tratou de alguns dos pontos que poderão estar presentes:

► Fim das férias de 60 dias;



Presidente José Luiz e Diretor Fabrizio Pieroni na Comissão Geral sobre a Reforma Administrativa.

- ▶ Verbas indenizatórias: nova disciplina e limitação da retroatividade;
- ▶ Fim da aposentadoria compulsória como pena;
- ▶ Governança pública nos Fundos de Honorários da Advocacia Pública;
- ▶ Separação entre honorários advocatícios e encargos legais;
- ▶ Teto salarial nas estatais não dependentes e que dão prejuízo.

“Vamos continuar a nossa mobilização na Câmara, dialogando com os parlamentares e esclarecendo pontos específicos da Advocacia Pública. Segundo apuramos, o Deputado Pedro Paulo está aguardando a autorização do Presidente da Câmara para disponibilizar a proposta”, assevera o Presidente José Luiz Souza de Moraes.

O Presidente da ANAPE, Vicente Prata Braga, teve a oportunidade de discursar na tribuna e defendeu peremptoriamente os honorários sucumbenciais para a Advocacia Pública.

“Os honorários são pagos pela parte vencida no processo judicial e configuram uma forma inovadora de remuneração, justamente porque não geram despesa para os cofres públicos. Além disso, permitem que os procuradores, em todas as esferas – federal, estadual e municipal –, sejam remunerados quando alcançam êxito em suas demandas judiciais”, defendeu Braga.

Reunião com o coordenador do Grupo de Trabalho da Reforma Administrativa

A APESP e a ANAPE reuniram-se, em 13 de agosto, com o Deputado Pedro Paulo (PSD-RJ), coordenador do Grupo de Trabalho da Reforma Administrativa, para tratar com o parlamentar sobre a necessidade de se garantir os direitos e as prerrogativas dos servidores públicos e, em especial, dos Advogados Públicos, nas propostas que serão apresentadas.

O relatório da Reforma Administrativa deverá ser divulgado em breve e será materializado em uma Proposta de Emenda Constitucional e Projetos de Lei.

“Junto com a ANAPE, o nosso trabalho de convencimento teve início desde as reuniões realizadas pelo Grupo de Trabalho, na participação nas Audiências Públicas e, agora, diretamente com Deputado Pedro Paulo. Pudemos expor a ele a realidade da Advocacia Pública, nossas características, e dizer que a preservação, e até mesmo o fortalecimento, do serviço público representa a garantia de um atendimento eficaz e de qualidade para a população brasileira”, registra o Presidente José Luiz Souza de Moraes.

Também participaram da audiência o Deputado Carlos Sampaio (PSD-SP), que fez a “ponte” entre Coordenador do GT com as carreiras jurídicas, representantes de entidades da Advocacia Pública Nacional (Anafe e Sinprofaz) e das demais carreiras es-



Com o Deputado Pedro Paulo (PSD-RJ), coordenador do Grupo de Trabalho da Reforma Administrativa.

senciais à Justiça (AMB, Conamp, Anadep, Ajufe, entre outras).

“Teremos muito trabalho pela frente e manteremos a nossa mobilização constante no sentido de evitar que mais uma vez os servidores públicos sejam penalizados. A reunião de ontem abriu uma excelente porta para negociação com os parlamentares que conduzirão esse processo”, destaca o Diretor Fabrizio Pieroni.

Reforma Tributária: defesa da presença dos Procuradores no Comitê Gestor do IBS

A Comissão de Constituição e Justiça do Senado federal recebeu, em 10 de setembro, o relatório do senador Eduardo Braga (MDB-AM) sobre o Projeto de Lei Complementar (PLP) 108/2024, que dá continuidade à regulamentação da Reforma Tributária e cria o Comitê Gestor do Imposto sobre Bens e Serviços, órgão especial responsável por coordenar o IBS, tributo que unificará os atuais ICMS (estadual) e ISS (municipal).

O trabalho da APESP e da ANAPE é pela garantia da participação dos Procuradores dos Estados e do DF no Comitê Gestor, com o objetivo de garantir a correta aplicação do novo imposto. Entre os pontos defendidos, estão:

- ▶ Redução do prazo para inscrição em dívida ativa, medida necessária para assegurar maior eficiência na cobrança do IBS.
- ▶ Garantia de que toda inscrição em dívida ativa seja realizada pelas Procuradorias por se tratar de ato de controle de legalidade.
- ▶ Participação dos Procuradores nas reuniões do Conselho Superior do Comitê Gestor para assegurar maior segurança jurídica.
- ▶ Definição das condições para o exercício da Consultoria Jurídica do Comitê Gestor, a ser desempenhada pela Diretoria de Procuradorias, garantindo a segurança jurídica e a governança cooperativa do novo órgão.

Por justiça, a PEC 6/2024 – a chamada PEC Social – precisa ser aprovada

A PEC 6/2024, de autoria do Deputado Cleber Verde (MDB-MA), visa alterar diversos dispositivos constitucionais que tratam da previdência dos servidores públicos.

A denominada “PEC Social” propõe, entre outros dispositivos, uma redução de 10% ao ano da contribuição previdenciária dos aposentados e pensionistas a partir da idade de 66 anos para homens e 63 anos para mulheres – até a sua completa extinção aos 75 anos de vida.

JUDICIÁRIO

APESP atua e monitora ações no STF que tratam de temas relevantes para a carreira

A Diretoria da Associação acompanha de forma muito próxima e vigilante o andamento das ações em tramitação no STF, que tratam de questões relevantes para as PGEs e para a Advocacia Pública como um todo.

ADI da Licença Compensatória

Em 22 de agosto, teve início no Supremo o julgamento da ADI nº 7669, que trata da constitucionalidade da Lei 1.399/2024 (disciplina da Licença Compensatória). A Ministra Cármen Lúcia, relatora da ação, votou pela improcedência do pedido. Na sequência, o Ministro Gilmar Mendes pediu vista da ADI e o julgamento foi suspenso.

O Presidente da APESP, José Luiz Souza de Moraes, esteve, em 20 de agosto, em Brasília, juntamente com a Procuradora Geral, Inês Coimbra, para trabalhar em defesa dos interesses da carreira nessa ação.

“Estamos atuando intensamente junto a todos os Ministros para assegurar o melhor resultado possível para a lei da licença compensatória”, destaca o Presidente da Associação.

Ademais, em 14 de agosto, Moraes e Pieroni estiveram no Salão Branco do STF, também acompanhados da Dra. Inês Coimbra, despachando com o Ministro Cristiano Zanin, para tratar da referida ADI.

Inscrição dos Advogados Públicos na OAB

No bojo do julgamento do Recurso Extraordinário n.º 609.517/RO, a APESP e a OAB-SP emitiram nota pública em defesa da obrigatoriedade de inscrição na OAB para o exercício da Advocacia Pública. Conheça a íntegra:

“A OAB SP (Ordem dos Advogados do Brasil Seção São Paulo) e a APESP (Associação dos Procuradores do Estado de São Paulo) tornam pública a posição firme em defesa da exigência constitucional e legal de inscrição nos quadros da OAB para o exercício da Advocacia Pública em qualquer de suas esferas.

O julgamento, atualmente em curso no Supremo Tribunal Federal, do Recurso Extraordinário n.º 609.517/RO, reacende uma controvérsia que, do ponto de vista jurídico, já se encontra superada. A entrada em vigor do Código de Processo Civil de 2015 consolidou a equiparação entre advogados privados e públicos, refor-

çando a indispensabilidade da inscrição na Ordem para o pleno exercício da profissão.

“A APESP tem atuado ativamente junto aos parlamentares para ampliar o número de adesões a esse movimento e pressionar o presidente da Câmara, Deputado Hugo Motta, a acolher os requerimentos e colocar a proposta em votação o quanto antes”, salienta o Presidente José Luiz Souza de Moraes (informações das propostas atualizadas até o fechamento dessa edição).

Quando a indispensabilidade da inscrição na Ordem para o pleno exercício da profissão.

Para a OAB SP, o vínculo institucional dos advogados públicos à entidade não se limita a uma exigência burocrática, trata-se de um princípio jurídico fundamental, que sustenta a atuação profissional com independência técnica, respaldo ético e garantia de prerrogativas, especialmente importantes diante da ausência de um estatuto próprio para a Advocacia Pública em âmbito nacional.

É preciso destacar que a inscrição na OAB constitui, também, um instrumento de proteção ao interesse público. A inviolabilidade das comunicações entre advogados públicos e seus representados, por exemplo, não protege apenas o profissional, mas salvaguarda a administração pública e a integridade institucional de seus atos.

A OAB SP e a APESP lembram que o Supremo Tribunal Federal já firmou jurisprudência reconhecendo a compatibilidade entre o Estatuto da Advocacia e as normas que regem a Advocacia Pública, como a Lei Complementar nº 73/1993. Qualquer tentativa de relativizar essa exigência representaria uma ruptura com o arcabouço jurídico vigente e colocaria em risco a autonomia funcional e a qualificação técnica dessa relevante função essencial à Justiça.

Reafirmando sua confiança no Supremo Tribunal Federal, OAB SP e APESP reforçam a importância de manter o posicionamento consolidado, preservando a coerência normativa e a independência da Advocacia Pública, pilares fundamentais para a defesa do Estado Democrático de Direito e dos interesses da sociedade brasileira.

José Luiz Souza de Moraes

Presidente da Associação dos Procuradores do Estado de São Paulo – APESP

Leonardo Sica

Presidente da Ordem dos Advogados do Brasil Seção de São Paulo”

Com presença do Governador de SP, APESP prestigia lançamento do novo edital do programa Acordo Paulista



FOTO: RICARDO BRITO - ACI/PGE

Com presença do Governador de SP, APESP prestigia lançamento do novo edital do programa Acordo Paulista.

O Presidente da APESP, José Luiz Souza de Moraes, participou, no dia 8 de setembro, na sede da FIESP, do evento para o lançamento, pelo Governo do Estado e pela PGE-SP, do novo edital Acordo Paulista, direcionado para débitos inscritos em dívida ativa de ICMS, IPVA, ITCMD e multas aplicadas pelo Procon.

O evento contou com a participação, entre outras autoridades, do Governador do Estado de São Paulo, Tarcísio de Freitas, e da Procuradora Geral do Estado, Inês Coimbra.

"O programa Acordo Paulista, construído por um trabalho intenso e coletivo da PGE-SP, após a sanção da lei da transação tributária, orgulha a carreira e eleva ainda mais o prestígio da Procuradoria paulista na administração", destacou Moraes.

"Toda a arrecadação gerada por esse importante programa tem sido revertida em investimentos nas políticas públicas do Governo em áreas vitais, tais como a saúde, a segurança pública, a segurança alimentar etc. É um exemplo claro da importância da atuação da PGE-SP em prol da população paulista", completou o Presidente da APESP.

"A modernização da PGE-SP vai além da adoção de novas ferramentas. Ela representa uma mudança de cultura e uma nova forma de enxergar o nosso papel. É essencial estarmos mais abertos ao diálogo para entender a realidade de cada contribuinte. A transação tributária não é uma imposição; é um acordo, e acordos só existem quando há disposição mútua", frisou a Procuradora Geral, Inês Coimbra.

"Estamos lançando mais um edital do Acordo Paulista com uma meta de fechar R\$ 15 bilhões em acordos, mas com potencial de chegar a muito mais. A grande diferença desse edital é a revisão do grau de recuperabilidade das dívidas, o que permite ampliar bastante a abrangência, alcançando mais empresas. Isso vai virar prestação de serviço para o cidadão com saúde, educação e segurança na ponta e financiar programas sociais. Isso vai fazer a diferença", afirmou o Governador Tarcísio de Freitas.

"O novo edital é uma nova e excelente oportunidade de conformidade fiscal para os contribuintes. Nesse ambiente de consensualidade, todos ganham: os contribuintes podem retomar suas atividades regulares, livres das consequências da inadimplência, o Estado arrecada novas receitas, e toda a população é beneficiada, pois esses recursos viabilizam a implementação

de políticas públicas", registrou o Subprocurador-Geral do Estado do Contencioso Tributário-Fiscal, Danilo Barth Pires.

O evento teve a participação massiva de Procuradores e Procuradoras do Estado de São Paulo, que com um abnegado trabalho viabilizam um dos programas de transação tributária mais exitosos do país.

Resultados

Na primeira semana de atendimento do 4º edital do Acordo Paulista, foram renegociados R\$1.029.013.794 em débitos inscritos em dívida ativa, envolvendo tributos como ICMS, IPVA, ITCMD e multas aplicadas pelo Procon. Apenas no primeiro dia de funcionamento, foram confirmados R\$ 677,3 milhões em débitos negociados, segundo balanço oficial.

Desde 2024, o Acordo Paulista apresenta resultados muito expressivos:

- ▶ 1ª fase com a renegociação de cerca de R\$ 47,8 bilhões somente em débitos de ICMS;
- ▶ ampliação do programa para atender a pessoas físicas com débitos de pequeno valor, especialmente de IPVA, resultando em acordos com mais de 21 mil pessoas no valor de R\$ 80 milhões;
- ▶ 3ª etapa focada em débitos de ICMS por parte de empresas em processo de recuperação judicial e falência, foram renegociados 14,4 mil débitos no valor total de R\$ 8,2 bilhões, além de outros R\$1,6 bilhão em transações individuais (fonte: PGE-SP).



FOTO: RICARDO BRITO - ACI/PGE

Presidente José Luiz: "o Acordo Paulista orgulha a carreira e eleva ainda mais o prestígio da PGE-SP na administração".

APESP parabeniza os Procuradores do Estado de SP pela atuação na Operação “Carbono Oculto”

Foi lançada na manhã de 28 de agosto a Operação “Carbono Oculto”, que atingiu empresas do setor de combustíveis e do mercado financeiro com indícios de ligação com o PCC (Primeiro Comando da Capital).

A PGE-SP, que integra o Comitê Interinstitucional de Recuperação de Ativos do Estado de São Paulo (CIRA-SP), juntamente com a SEFAZ e o MP-SP, teve uma atuação destacada nessa operação com a participação de 22 Procuradores e Servidores da Procuradoria.

Os mandados de busca, apreensão e prisão atingiram 350 alvos e ocorreram nos Estados de São Paulo, Espírito Santo, Goiás, Mato Grosso do Sul, Mato Grosso, Paraná, Rio de Janeiro e Santa Catarina. Além da investigação criminal, o CIRA-SP tomou medidas judiciais para o bloqueio de bens com o objetivo de recuperar tributos em valor superior a R\$ 7 bilhões.

A força-tarefa conta com 1.400 integrantes oriundos das seguintes instituições: PGE-SP; GAECO-MPSP; Ministério Público Federal; Polícia Federal, Receita Federal, Polícia Civil, Polícia Militar, Agência Nacional de Petróleo e da Sefaz-SP.

“O GAERFIS tem obtido resultados expressivos no combate às fraudes e à sonegação fiscal. Esses abnegados colegas, apesar das pressões existentes, têm se dedicado ao máximo à causa pública e à defesa do erário”, exalta o Presidente da APESP, José Luiz Souza de Moraes.

“Esse trabalho, além de mostrar a excelência da atuação da nossa Procuradoria, denota um protagonismo cada vez maior da Instituição na definição das ações da administração estadual”, completa Moraes.

O CIRA-SP, desde sua criação em 2020, já regularizou mais de R\$ 5,1 bilhões e arrecadou mais de R\$ 1,18 bilhão. Além disso, foram bloqueados judicialmente mais de R\$ 195 milhões em ativos financeiros, 637 imóveis, 553 veículos e 14 embarcações em operações como a “Metalmorfose” (setor de metais), “Cavalo Marinho” (embarcações), “Nuvem de Fumaça” (fumo) e “Vênus” (vestuário) (acesse a publicação CIRA em Números em <https://bit.ly/45T7Nqd>).

Em outubro de 2024, o GAERFIS recebeu o prêmio “O Estado em Juízo-2023” por uma ação cautelar fiscal envolvendo uma fraude fiscal cometida por um grande grupo econômico.

A APESP externa seu orgulho pela atuação do GAERFIS e parabeniza os Procuradores do Estado de SP que integram esse importante grupo especial pela atuação na operação deflagrada.



Operação Carbono Oculto atingiu 350 alvos nos Estados de SP, ES, GO, MS, MT, PR, RJ e SC.

CONVÊNIOS

APESP firma parceria com o Colégio Santa Marcelina

A APESP celebrou um convenio com o tradicional colégio paulistano Santa Marcelina, no bairro de Perdizes. Os associados da APESP terão os seguintes descontos especiais na anuidade:

- ♦ 20% na Educação Infantil
- ♦ 20% na Ensino Fundamental I
- ♦ 20% na Ensino Fundamental II
- ♦ 20% na Ensino Médio

Caso o associado tenha mais filhos na idade da educação básica, serão concedidas bolsas complementares nos seguintes termos:

- ♦ 10% de desconto para o 2º irmão (a) matriculado (a) na Educação Básica
- ♦ 20% de desconto para o 3º irmão (a) matriculado (a) na Educação Básica
- ♦ 70% de desconto para o 4º irmão (a) matriculado (a) na Educação Básica



O Colégio Santa Marcelina está situado na Rua Cardoso de Almeida, nº 541, Perdizes, São Paulo. Para mais informações, acesse o site <https://www.santamarcelina.edu.br/colégio/sao-paulo>.

A APESP está aberta a sugestões de convênios e parcerias que tragam benefícios para os seus associados. Caso tenha alguma proposta, entre em contato pelo telefone/whatsapp (11) 3293-0800 ou email convênios@apesp.org.br.

APESP marca presença na apresentação do Conselho Nacional da Advocacia Pública Fiscal

Em 2 de setembro, o Diretor Financeiro da APESP e Legislativo da ANAPE, Fabrizio Pieroni, participou da apresentação do Conselho Nacional da Advocacia Pública Fiscal (CONAP) no Senado Federal.

A solenidade, que ocorreu no Salão Negro do Congresso, teve a presença do Senador Rodrigo Pacheco (PSD-MG), que representou o Presidente da Casa Alta, Davi Alcolumbre.

Pacheco recebeu uma cópia do ato de criação do novo Colegiado, destacando a importância do órgão no contexto da aprovação da regulamentação da Reforma Tributária e também de sua efetiva implementação.

“É para enfrentar esse desafio monumental que as carreiras mais notáveis do poder público se uniram. A solenidade de hoje representa o abraço político e o endosso institucional a esse corpo técnico. Não é uma pauta corporativa; é uma pauta do Estado brasileiro”, destacou Pacheco.

O CONAP será presidido pela Procuradora Geral da Fazenda Nacional, Anelize Lenzi Ruas de Almeida, e terá como 1ª Vice-presidente a Procuradora Geral de Mato Grosso do Sul, Ana Carolina Ali Garcia. O cargo de 2º Vice-presidente será exercido pelo Procurador Geral do Município do Rio de Janeiro, Daniel Bucar.

Segundo Pieroni, a participação dos Procuradores dos Estados e do Distrito Federal no CONAP será essencial. “O Conselho surge da necessidade de cooperação institucional que a Reforma Tributária impõe. Nesse sentido, a experiência e o trabalho dos Procuradores dos Estados em muito contribuirão para o



Delegação da PGE-SP no evento de apresentação do CONAP no Senado Federal.

aprimoramento do sistema tributário nacional. Trabalhamos na Reforma Tributária desde o seu nascedouro e continuaremos nessa missão nessa fase regulamentária e de sua aplicação”, frisa.

Estiveram presentes ao evento de lançamento a Procuradora Geral do Estado de São Paulo e Presidente do CONPEG, Inês Coimbra; o Presidente da ANAPE, Vicente Braga; o Subprocurador Geral do Contencioso Tributário-Fiscal, Danilo Barth Pires – que foram acompanhados por uma delegação de Procuradores do Estado de São Paulo.

APERFEIÇOAMENTO

APESP busca maior excelência no atendimento de seus associados

Os funcionários da APESP estão participando, desde o final do ano passado, de um treinamento ministrado pela empresa “Mais Treinamento & Consultoria”, com o objetivo de qualificar o atendimento aos associados da entidade e também aprimorar a relação interna de trabalho.

Com temas como “Gestão de Conflitos”, “Inteligência Emocional” e “Atendimento de Excelência”, o curso tem envolvido os colaboradores da Associação em aulas, exposições e dinâmicas de grupo para um importante desenvolvimento profissional.

Em setembro, mais um passo do treinamento foi dado, quando os funcionários receberam da Diretoria o “Guia de Excelência do Atendimento – APESP”, elaborado pela equipe da “Mais”, que tem o objetivo de padronizar as práticas e tornar claras as diretrizes para o relacionamento com os associados.

“Nossos associados são o coração da APESP e cada interação representa uma oportunidade valiosa de demonstrar nosso compromisso, cuidado e profissionalismo. A relação com os Procuradores e familiares deve ser sempre construída com confiança e respeito, afinal eles são a razão da existência da nossa entidade”, destaca o Presidente da APESP, José Luiz Souza de Moraes.

Para a Secretária Geral da APESP, Isabelle Maria Verza, a quem compete esse relacionamento mais direto com os funcionários, esse curso tem sido essencial.

“A melhoria da dinâmica interna e uma maior cooperação entre os nossos funcionários reflete diretamente no atendimento aos nossos associados, tanto em termos de prestação de informações quanto no acolhimento das diversas demandas que surgem diariamente”, destaca Verza.

Esse é mais uma iniciativa para um avanço institucional progressivo da Associação, que tem como missão principal representar, defender e orientar os Procuradores do Estado de São Paulo. A Diretoria da APESP continuará sempre a buscar caminhos para aprimorar ainda mais essa importante missão.



Com maior delegação do 51º CNPE, PGE-SP aprova nove (9) teses; sete (7) delas com louvor

Na programação do 51º Congresso Nacional de Procuradores dos Estados e do DF, que foi realizado entre os dias 22 e 26 de setembro, em Fortaleza (CE), teve muito trabalho – apresentação de teses, painéis, palestras e reuniões setoriais – e troca de experiências entre colegas de todo o Brasil.

A delegação dos Procuradores e Procuradoras do Estado de São Paulo, a maior do evento com quase 180 participantes, foi também destaque por sua contribuição na parte científica do evento, cumprindo a sua missão de engradecer um dos mais importantes eventos jurídicos do país.

Ao todo foram apresentadas 80 teses no CNPE, sendo que 68 conseguiram aprovação com louvor. A PGE-SP emplacou nove (9) teses, sendo 7 delas aprovadas com louvor.

Duas teses foram subscritas em coautoria; ou seja, são 10 os (as) colegas autores (as) com teses aprovadas nas comissões de “Direito Constitucional”, “Direito Administrativo”, “Direito Tributário e Financeiro”, “Direito Processual Civil e Métodos de solução de Conflitos”, “Direito Ambiental” e “Temas Especiais (Políticas Públicas e Ciência, Tecnologia e Inovação)”.

“Aprovamos 9 teses, atuamos como presidentes e relatores de mesas e também contribuimos com brilhantes palestras nos painéis oferecidos. Além disso, a PGE-SP também participou das reuniões setoriais da carreira. Mais uma vez a nossa delegação foi protagonista no Congresso de Procuradores”, destaca o Presidente da APESP, José Luiz Souza de Moraes.

Conheça as teses da PGE-SP através dos links:

<https://bit.ly/TesesPGESP>

<https://www.apesp.org.br>

Palestras

Destaque-se ainda as palestras proferidas pela Procuradora Geral do Estado de SP, Inês Coimbra, no painel “Advocacia Pública e Governança: Desafios”, e do Procurador do Estado de São Paulo, Alexandre Aboud, no painel sobre os “Advocacia Pública e Reforma Tributária”.

Representação

A APESP está assim representada no Congresso: Presidente José Luiz Souza de Moraes; Vice-presidente Vera Wolff Bava; Diretor Financeiro Fabrizio Pieroni; Secretária Geral Isabelle Maria Verza; Diretora Social e Cultural, Tatiana Gaiotto Madsen; Diretor de Previdência e Convênios, Julio Rogério Almeida de Souza; Diretora de Esportes e Patrimônio, Ana Paula Ferreira dos Santos; Diretora de Comunicação, Ilanna Sofia Santos Soeiro Silva; Diretor de Prerrogativas, Conrado Luiz Ribeiro Silva Barros; Conselheiro Assessor Carlos José Teixeira de Toledo; Conselheiros Fiscais Paulo David Cordioli e Vanderlei Ferreira de Lima.



APESP participa de homenagem à ativista Maria da Penha no 51º CNPE

Os dirigentes da APESP, presentes ao 51º CNPE, participaram, em 23 de setembro, da cerimônia para entrega da medalha Luiz Gama para ativista dos direitos e da luta contra a violência contra as mulheres, Maria da Penha.

O evento, promovido pela ANAPE e por seu Fórum Permanente de Direitos Humanos (FPDH), integrou a programação do 51º CNPE. Destaque-se que a Secretária Geral da APESP, Isabelle Maria Verza, e a Diretora de Esportes e Patrimônio, Ana Paula Ferreira dos Santos, são membros permanentes do FPDH.

“É uma honra para a história do nosso tradicional Congresso de Procuradores ter a presença desse relevante personagem brasileira, a ativista Maria da Penha. Além disso, é importante para o evento incluir em suas atividades temas de alcance e importância nacional, como a questão dos direitos humanos e o combate à violência de gênero”, destaca o Presidente da APESP, José Luiz Souza de Moraes.

Além de Moraes, representaram a APESP no ato a Vice-presidente Vera Wolff Bava, a Secretária Geral Isabelle Maria Verza, o Diretor Financeiro Fabrizio Pieroni, a Diretora de Esportes e Patrimônio Ana Paula Ferreira dos Santos e o Conselheiro Assessor Carlos Toledo.

Saiba mais: criado em novembro de 2024, o Fórum Permanente de Direitos Humanos da ANAPE visa estimular a promoção da diversidade, sugerindo ações afirmativas que possibilitem uma advocacia pública mais democrática, justa e equitativa.

